

RECURSO ESPECIAL Nº 1.800.527 - SP (2019/0055594-2)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE : **TALIANI DO CARMO ELIAS SANTOS**
RECORRENTE : **HENRIQUE ALVES DOS SANTOS**
RECORRENTE : **ARIVALDO FRANCISCO DA SILVA**
RECORRENTE : **RICARDO ALEXANDRE GOMES DE SANTANA**
RECORRENTE : **LUIZ ANTONIO DA SILVA**
RECORRENTE : **JORGE GOMES FERREIRA JUNIOR**
RECORRENTE : **JANE VENTURA DA SILVA GONCALO**
RECORRENTE : **MARIA APARECIDA DA SILVA MENON**
RECORRENTE : **RICARDO GALDINO DA SILVA**
RECORRENTE : **JOAO EUDES FERREIRA FILHO**
ADVOGADO : **ANA CRISTINA ASSI PESSOA WILD VEIGA E OUTRO(S) -**
SP196179
RECORRIDO : **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PROCURADOR : **VITOR TILIERI E OUTRO(S) - SP242456**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. CONVERSÃO DO PADRÃO MONETÁRIO. DIFERENÇA SALARIAL. INEXISTÊNCIA. TERMO FINAL. AFERIÇÃO DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. EXAME DE PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE DIREITO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚM. N. 7/STJ E SÚM. N. 280/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Taliani do Carmo Elias Santos e outros contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nesses termos ementado (e-STJ fl. 199):

DIREITO PÚBLICO SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS REVISÃO DA CONVERSÃO DOS VENCIMENTOS EM U.R.V. IMPROCEDÊNCIA APELAÇÃO DOS AUTORES Descabimento de discussão acerca de eventual falha na conversão da remuneração de servidores admitidos após 1994 Reestruturação das carreiras dos autores remanescentes. Consoante entendimento sedimentado no S.T.F. (RE 561.836/RN), a reestruturação remuneratória é o termo “ad quem” para a pretendida incorporação Transcurso de prazo superior a cinco anos entre a reestruturação e o ajuizamento da ação (em abril de 2016). Prescrição parcelar reconhecida (art. 1º do Decreto nº 20.190/32). Improcedência de rigor, nos termos do art. 487, II, do N.C.P.C. Sentença mantida Majoração da verba honorária (art. 85, § 11, N.C.P.C.). Recurso desprovido.

Os embargos de declaração apresentados na origem foram rejeitados.

Nas razões do especial, os recorrentes sustentam violação do art. 22 da Lei n.

8.880/1994. Para tanto, asseveram que suportam prejuízos financeiros com a conversão do padrão monetário de suas remunerações sem observação das regras previstas na legislação federal. Ressaltam que reajustes posteriores não podem servir como parâmetro de reestruturação e que não houve, propriamente, uma reestruturação da carreira capaz de por fim às diferenças e servir como marco prescricional.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A pretensão não merece acolhida.

Quanto às pretensões atinentes ao recebimento de diferenças salariais suportadas por servidores cujas remunerações foram convertidas sem a observação das diretrizes da Lei n. 8.880/1994, o Superior Tribunal de Justiça já declarou que:

- Somente as parcelas vencidas há mais de cinco anos da demanda são consideradas prescritas, pois a relação jurídica do pagamento remuneratório se renova mensalmente. Nesse sentido: AgInt nos EDcl no REsp 1.653.969/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 28/09/2017; REsp 1.688.234/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 10/10/2017;

- Reajustes posteriores à conversão não compensam as diferenças com a conversão do padrão remuneratório equivocada, pois não possuem a mesma natureza jurídica. Eventual termo final das diferenças remuneratórias ocorre apenas quando a carreira é reestruturada. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1.058.127/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 29/09/2017;

- As diferenças salariais ocorreram nas remunerações pagas antes do final do mês de referência. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.651.176/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 21/08/2017; REsp 1.664.012/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 16/06/2017;

- A forma de conversão salarial prevista na Lei n. 8.880/1994 deve ser aplicada a remunerações de todos servidores dos entes federativos (União, Estados e Municípios). Nesse sentido: AgInt no RMS 35.674/AM, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 03/08/2017; AgRg no REsp 1529479/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 13/11/2015;

- A observação dos critérios de conversão deve ser realizada inclusive no cálculo das remunerações e proventos devidos a servidores ingressos no serviço público após a edição da Lei n. 8.880/1994. A propósito: REsp 1682825/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 26/10/2017.

Ora, o acórdão recorrido declarou que o termo final das diferenças ocorreu com as diversas reestruturações da carreira e que eventuais diferenças ocorreram somente para os servidores que recebiam no final do mês de referência. Essa premissa observa

jurisprudência do STJ e não pode, então, ser reformada.

Logo, o provimento do recurso especial depende de exame probatório dos autos e de interpretação de direito local com o fim de se verificar se a carreira dos recorrentes foi, de fato, reestruturada. Essa tarefa não é possível nos termos da Súm. n. 7/STJ e da Súm. n. 280/STF.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**

Relator

